

## A história da educação do Ceará em tempos de pandemia e o ensino remoto: memórias, conjuntura social e re-significação do trabalho docente (2020-2021)

### *The history of education in Ceará in times of pandemic and remote education: memories, social scenario and redefinition of teaching work (2020-2021)*

Ana Carolina Braga de Sousa<sup>1</sup>  
Arliene Stephanie Menezes Pereira<sup>2</sup>  
Lia Machado Fiuza Fialho<sup>3</sup>

#### Resumo

Este artigo objetiva refletir sobre a história da educação no estado do Ceará no contexto social da pandemia da Covid-19, nos anos de 2020 e parte de 2021. Questiona-se acerca de quais medidas estão sendo adotadas pelo governo do Ceará para conter essa pandemia, especialmente no contexto educacional. Quanto à metodologia, o estudo é exploratório de abordagem qualitativa e perspectiva teórica interpretativa. Os resultados obtidos apontam fatores positivos e negativos da implantação do ensino remoto na rede estadual de ensino. Entre os aspectos positivos, foi identificada a criação de projetos como: *Conexão Seduc*, acesso às plataformas de aprendizagem, distribuição de material didático, cartão alimentação e suspensão das aulas presenciais. Como aspectos negativos, foram apontados: dificuldade de acesso aos meios digitais, evasão escolar, adoecimento psíquico dos professores, desvalorização da profissão docente e, principalmente, a incapacidade de conter o agravamento das desigualdades sociais e educacionais.

**Palavras-chave:** Educação pública. Pandemia. Educação no Ceará.

#### Abstract

*This article aims to reflect on the history of education in the state of Ceará in the social context of the Covid-19 pandemic, in the years 2020 and part of 2021. It is questioned what measures are being adopted by the government of Ceará to contain this pandemic, especially in the educational context. Regarding the research methodology, the study is exploratory with a qualitative approach and interpretative theoretical perspective. The results obtained point to positive and negative factors of the implementation of remote education in the state school system. Among the positive aspects, it was identified the creation of projects, such as: *Conexão Seduc*, access to learning platforms, distribution of teaching material, food cards and suspension of face-to-face classes. As the negative ones, there were mentioned: difficulty of access to digital media, school dropout, teachers' psychological illness, devaluation of the teaching profession and, mainly, the inability to contain the worsening of social and educational inequalities.*

**Keywords:** Public education. Pandemic. Education in Ceará.

1 Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, licenciada em História pela UFC e integrante do grupo de pesquisa "Práticas Educativas, Memórias e Oralidades". Professora da rede estadual de educação do Ceará. <https://orcid.org/0000-0001-6959-5493>. E-mail: carolina.sousa@aluno.uece.br

2 Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela UECE, mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), RN, Brasil, licenciada em Educação Física pela UECE e integrante do grupo de pesquisa "Práticas Educativas, Memórias e Oralidades". Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). <https://orcid.org/0000-0002-3042-538X>. E-mail: stephanie.menezes@ifce.edu.br

3 Doutora em Educação pela UFC, mestre em Educação em Saúde pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), líder do grupo de pesquisa "Práticas Educativas, Memórias e Oralidades" e pesquisadora produtividade (PQ2/CNPq). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Centro de Educação na UECE. <https://orcid.org/0000-0003-0393-9892>. E-mail: lia\_fialho@yahoo.com.br

## 1 Introdução

A Covid-19 é uma doença infecciosa, causada pelo SARS-CoV-2, vírus de rápida disseminação e de alta letalidade, com provável origem na China, no fim de 2019, com o qual o mundo inteiro se depa-rou, a partir de 2020 (PLITT, 2020). A letalidade e a velocidade de contaminação têm sido responsáveis por um acúmulo desenfreado de perdas humanas, em detrimento da condição de governos locais ou vontade política e ações de enfrentamento por parte de governantes (PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION, 2020). Somando-se a isso, o Brasil vive um contexto político autoritário, no qual negacionistas da ciência são incompetentes para combater a pandemia, o que pode ser considerado uma forma de necropolítica, como definiria Mbembe (2018), ou seja, uma política geradora de mortes, excludente e que não adota medidas de bem-estar social, saúde ou que gere humanização.

A realidade do Ceará, neste quadro desolador, é a de que, segundo indicadores do site IntegraSUS (CEARÁ, 2021) do governo do estado, no mês de março de 2021, tivemos cerca de 481.071 casos confirmados de pessoas infectadas e, aproximadamente, 12.466 mortes. Além de números, esses dados representam a ausência de vidas humanas na constituição de uma família, de uma comunidade, de sujeitos de sonhos e de memórias, de história e de lugar social no mundo, aos quais devemos reverenciar, ao validar o existir de cada ser humano e marcar nessa escrita a importância de cada um que partiu em decorrência da Covid-19.

Segundo Guy *et al.* (2020), os primeiros relatos da pandemia no mundo tiveram início no mês de dezembro de 2019, tendo como epicentro as províncias de Wuhan e Hubei, na China. Os meses iniciais de 2020 viram a disseminação voraz do vírus, e a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a expedir boletins e relatórios de casos na Tailândia, Estados Unidos, Alemanha, Japão, Itália, Espanha, etc. Países de todos os continentes, excetuando a Antártida, foram afetados e tiveram sua população reduzida ou sofrendo sequelas de um vírus letal que ainda não tem cura. Segundo Moreira (2021), a partir da análise das estatísticas da OMS, o Brasil, hoje (meados do mês de março de 2021), lidera o *ranking* mundial em número de mortes diárias.

A partir dessa conjuntura, a tomada de decisões de combate à pandemia e à imposição do decreto de isolamento social, no estado do Ceará, iniciou-se em 20 de março de 2020 (PAULINO, 2020). No entanto,

mesmo com medidas de isolamento e adoção do uso obrigatório de máscaras, não foi possível evitar contaminações e mortes. As possibilidades de cuidados, relacionados à infecção do coronavírus, resumem-se apenas ao tratamento dos sintomas, sendo o comportamento do vírus diverso e variável, de acordo com o sujeito, ainda que não se elimine o risco de morte de pessoas saudáveis, jovens ou crianças (BAI *et al.*, 2020). De acordo com Plitt (2020), o vírus ataca as vias respiratórias, desenvolvendo tosse seca, dor de garganta, febre, cansaço e falta de ar, promove, ainda, distúrbios gastrointestinais, provoca a perda de paladar e de olfato, entre outros sintomas, podendo também apresentar-se de forma assintomática. A transmissão ocorre por contato, por saliva ou tosse ou, ainda, o toque em objetos ou superfícies contaminadas.

A realidade é que pouco se conhece sobre o coronavírus e, como consequência desse desconhecimento e falta de tratamento eficaz ou vacinas em quantidade suficiente para atender a demanda mundial, a Covid-19 passou a ser um agente transformador da sociedade de muitas formas, modificando e adaptando as condições de vida e as relações com o trabalho e com a educação, por estabelecer a exigência de novas condições, como: a flexibilização do horário, que passa a ser ininterrupto; de local, com acesso à internet para o trabalho ou estudo em casa; dentre outros, associados aos serviços domésticos, aos profissionais e aos cuidados familiares em um mesmo espaço e intervalo temporal (MEDEIROS *et al.*, 2021). Há, ainda, a demanda imediata de adaptabilidade às tecnologias da informação e às ferramentas digitais, às mudanças bruscas nas relações humanas com a exigência do isolamento social, à obrigatoriedade do uso de equipamentos de proteção individual e ao escasseamento ou à ausência de práticas de afetividade nos contatos humanos, em novas tendências ou expectativas de convivência, consumo ou sociabilidade (ARRUDA; SIQUEIRA, 2020).

As novas realidades ou a tentativa de imposição de um “novo normal” forçam-nos a lutar vorazmente para garantir a não naturalização da morte e da reprodução ou ampliação das desigualdades sociais, seja pela ausência de políticas públicas ou pela impossibilidade dessas políticas darem conta de resolver tal catástrofe. Importa, todavia, lutar para que as mudanças surgidas no contexto, durante e pós-pandemia, sejam de caráter progressista, humanizador e que busquem a melhoria da condição social, tendo como intuito a equidade e a justiça da solidariedade

humana (OZÓRIO *et al.*, 2020), especialmente porque o que se observa na sociedade brasileira da atualidade é que as taxas mais altas de mortalidade entre contaminados estão nas periferias, apesar da diversidade dos infectados, ainda falta acesso à saúde e ao direito à vida aos pobres, sendo eles a maior parte da população brasileira prejudicada.

O objeto deste estudo é o contexto educacional do Ceará na conjuntura da pandemia de Covid-19, e o objetivo geral da pesquisa se constitui em refletir sobre a história da educação do Ceará, no contexto social da pandemia da Covid-19, nos anos de 2020 e parte de 2021, pois, a partir desse escopo, é possível historicizar o processo pandêmico e suas implicações na história humana, tendo como recorte e *locus* de análise o Ceará, com ênfase no seu contexto educacional e na necessidade de ressignificação do trabalho docente, a partir das transformações advindas com o ensino remoto. Contribuir com o debate, acerca desse período histórico, que se situa no tempo presente, permite lançar lume à constituição de uma memória social do trabalho docente no Ceará nessa conjuntura de crise sanitária e, ainda, dissertar sobre os resultados encontrados na composição de um contexto educacional que se reestrutura e aponta fatores positivos e negativos da implantação do ensino remoto na rede estadual de ensino.

Ante o exposto, questiona-se: Que medidas estão sendo adotadas pelo governo do Ceará para conter a pandemia de Covid-19, especialmente no que se refere ao contexto educacional? Quais são alguns dos fatores positivos e negativos da implantação do ensino remoto na rede estadual cearense de ensino? E, como questão central: como se desvela a história da educação do Ceará, no contexto social da pandemia da Covid-19, nos anos de 2020 e parte de 2021? A relevância do estudo insere-se na necessidade de elaborar aportes bibliográficos que não apenas registrem esse tempo histórico, mas que colaborem para que os profissionais da educação possam refletir sobre a temática desses dados e conceitos científicos.

## **2 EaD não é ensino remoto: uma compreensão inicial**

O universo de mudanças e dimensões afetadas com a crise pandêmica, evento causador de grandes mudanças no início do século XXI, emerge em um momento histórico de ruptura ou continuidades, de reprodução de desigualdades ou de uma sociedade mais consciente e equitativa. Destaca-se, nessa reconfiguração do mundo, a importância da educação no

processo humanizador e promotor da dignidade e da vida humana. Corroborar-se com Paulo Freire (1983, p. 30), quando ele afirma que a “[...] desumanização não é uma vocação histórica e nem um destino dado, mas resultado de uma ordem injusta que gera a violência dos opressores”.

Atualmente, no Brasil, há um projeto privatizante para a educação pública em curso, que privilegia grandes grupos empresariais como o Króton Educacional, proprietário de instituições de ensino e editoras em todo o País e que possui um patrimônio estimado em mais de 30 bilhões de reais. Tal projeto adota a crise financeira do País como algo permanente, o que permite “explicar” os cortes nas políticas sociais ou a degradação dos salários dos profissionais da educação (SANTOS, 2020, p. 46). Logo, é preciso nesse contexto, compreender o processo histórico da implantação da Educação a Distância (EaD) e do ensino remoto. Ressalta-se que o ensino ou a modalidade de educação a distância não é sinônimo de ensino remoto.

A EaD, mediada pelas tecnologias digitais, passou a ser incorporada na realidade educacional brasileira, em fins dos anos 90 do século XX, por intermédio de sua inserção na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), dentre outras portarias e decretos, como o 2494/98 (GONZALES, 2005). Essa modalidade educacional é uma estratégia desenvolvida por sistemas educativos, para oferecer educação a setores ou grupos da população que, por razões diversas, têm dificuldade de acesso a serviços educativos regulares (BITTENCOURT; FIALHO; PONCE, 2020).

Hernandes (2017) revela a preocupação com a modalidade de educação a distância, quando analisa se essa seria a educação do futuro ou a falência da educação. Apesar das considerações, defende a EaD e, mais especificamente, a experiência do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) como importante instrumento de democratização da educação. Corroboramos com o autor, quando ele infere que a criação da UAB é de extrema relevância para ampliar o acesso ao ensino superior público no Brasil.

Tal sistema, criado em 2005, em uma parceria entre os três níveis governamentais (municipal, estadual e federal), com instituições públicas de ensino, mostrou-se como alternativa viável de expandir a etapa de ensino superior, ao oferecer a modalidade de educação a distância, para alunos que não poderiam frequentar presencialmente uma instituição de ensino. A UAB foi criada pelo decreto lei nº 5.800/2006 e tem como objetivos diminuir as desigualdades regionais de ofertas de cursos superiores, promover aceleração

rápida da expansão de vagas no ensino superior, e atender a metas do plano nacional da educação sobre a universalização do ensino público. Afinal, a EAD *On-line* possibilita estabelecer entre os participantes “um processo educacional colaborativo no qual todos se comunicam com todos e podem produzir conhecimentos, como ocorre nas comunidades virtuais colaborativas” (ALMEIDA, 2003, p. 333).

Porém, corroboramos com a percepção de autores como Martins (2020), que indica que a EaD tem sido prioritariamente um modelo de ensino desigual e tecnicista no País e que precariza o ensino, por ser utilizada ainda em sua maior representatividade de maneira mercadológica, ofertada por instituições privadas que visam ao lucro como principal finalidade para o fomento à educação. Nessa perspectiva, Martins (2020, p. 19) observa que:

O projeto do ensino a distância está dentro de um escopo de precarizar e mercantilizar o ensino ainda mais, tanto para professores quanto para estudantes, em favor das oligarquias educacionais e do capital. Nesse sentido, a pandemia pode ser instrumentalizada e se tornar laboratório de testes desse modelo de educação a distância e se a educação já é atravessada por desigualdades estruturais essa modalidade de ensino prejudicaria ainda mais a classe trabalhadora.

Para os autores Apple e Nóvoa (1998), a educação não é apenas um fazer instrumental é, antes uma área de lutas ideológicas, que devem ser compreendidas. Consideram também que há o empenho dos grupos conservadores no Brasil e no mundo, em construir um vasto projeto socioeducacional que pretende direcionar a consciência das pessoas num sentido neoliberal.

Todavia, a realidade pandêmica não adota as plataformas e objetivos da EaD, o que já seria problemático, ao contrário, prioriza o ensino remoto emergencial, sem qualquer pressuposto teórico que a legitime ou ampare. Tal modalidade surgiu da necessidade imediata, gerada pela crise sanitária causada pela Covid-19, em dimensões mundiais, que obrigou a adoção do distanciamento social. Sem formação prévia para professores ou alunos e, com inúmeras limitações tecnológicas, vem se estruturando de forma flexível e inacabada, e teve como escopo inicial manter a continuidade da aprendizagem educacional em atividades domiciliares. Como relatam Saraiva, Traversini e Lockmann (2020), quando tratam das atividades domiciliares que estavam sendo organizadas na rede básica do estado do Rio Grande do Sul, a partir do ensino remoto: o que se faz não é educação

a distância, pratica-se um ensino remoto emergencial que não supre as necessidades dos alunos.

As similaridades entre EaD e ensino remoto são: a ausência de necessidade de presencialidade, a necessidade de preparação técnica, planejamento, seleção dos materiais, componentes curriculares e conteúdos formativos, a utilização de computador, tablet e/ou celular, como ferramenta de acesso à educação, via internet (BEZERRA; VELOSO; RIBEIRO, 2021). Porém se considera que o ensino remoto assevera o tecnicismo já constatado na EaD e, ainda, agrava as desigualdades, inclusive exigindo muito mais do professor e do aluno, por necessitar das suas presenças de forma síncrona, ao vivo e, ainda, em menor parte do tempo, de maneira assíncrona, com práticas pedagógicas que não ocorrem em tempo real (CASTRO; VASCONCELOS; ALVES, 2020). Somando-se a isso, há a necessidade de adaptar subitamente o ambiente doméstico em sala de aula *On-line*, o que nem sempre é possível para alunos e professores que possuem restrições financeiras para aquisição de internet de qualidade, ferramentas tecnológicas e espaço adequado para o desenvolvimento da educação.

É partindo da premissa fundamental de que devemos lutar em defesa de uma educação progressista como ato político diretivo e com princípios emancipatórios, que essa pesquisa se detém, prioritariamente, no estudo da rede pública de ensino, analisando as ações adotadas pelo governo estadual e relacionando as perspectivas para se concretizar uma educação humanizadora em tempos de vivência pandêmica e de pós-pandemia no estado do Ceará. Sobre a compreensão de uma memória social e coletiva docente, a partir dos estudos da história da educação, corrobora-se com os autores Xavier, Fialho, Vasconcelos (2018, p. 174), quando lecionam que:

É por meio dos horizontes da nova história que a educação e os educadores passam a figurar como sujeitos de ação e atuação de seu tempo. Significando e ressignificando suas práticas didático-pedagógicas reveladas através da micro-história. A história e a memória na perspectiva da educação permitem e proporcionam compreender a realidade dos sujeitos educadores, e de suas instituições nos mais longínquos e inusitados espaços educacionais.

Propor o estudo de um tempo histórico, do tempo presente, tendo como recorte a história da educação do Ceará, pretende conhecer e reconhecer sujeitos, o contexto sócio-histórico e seus entrecruzamentos em uma época distinta, neste caso, o tempo da pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021. Destarte, na perspectiva em que se compreende o papel dos

professores como protagonistas do nosso tempo, torna-se necessário pensar de que modo dar-se-á nossa contribuição para a ressignificação do trabalho docente, para a valorização e reconhecimento profissional, garantia de vida e cuidados com a saúde física e mental dos trabalhadores no cenário pandêmico, bem como da condição do fazer educacional, inserido nesse tempo histórico.

### 3 Pressupostos metodológicos

O referencial teórico deste artigo norteia-se, a partir da corrente historiográfica da nova história cultural que entende a compreensão da história por meio de novos olhares e abordagens, sujeitos, fontes, objetos de pesquisa e métodos do fazer histórico, que não se detém mais apenas ao estudo do passado. Segundo a autora Pesavento (2012, p. 107):

Com o advento da história cultural, novos parceiros surgem, em função das questões formuladas, das temáticas e objetos novos, das renovadas fontes com as quais o historiador passa a trabalhar [...] pode-se mesmo falar de um novo enfoque, que joga a história nas fronteiras do conhecimento.

A pesquisa também tem referência na abordagem da micro-história que propõe, entre outras possibilidades, analisar, compreender e transformar a história do tempo presente de uma determinada realidade. Desse modo, a abordagem micro-histórica, segundo Levi (1992), toma o particular como seu próprio ponto de partida e identifica o seu significado à luz de um contexto específico, o que permite novos enfoques, lançando luz a sujeitos e grupos sociais anônimos que merecem ter suas histórias contadas. Acerca do estudo do presente, a autora Ferreira (2018, p. 87) observa que:

Outra singularidade do tempo presente é a valorização do evento, da contingência e da aceleração da história. O trabalho do historiador enfrenta também aí dificuldades, porque ele mesmo é também testemunho e ator de seu tempo e, muitas vezes, está sobremaneira envolvido nesse movimento de aceleração que o faz supervalorizar os eventos do tempo presente, especialmente porque os séculos XX e XXI têm sido mais ricos em grandes mudanças.

Sobre a importância de historicizar o tempo presente, o historiador Ricoeur (2007) defende que a história do tempo presente possui trunfos epistemológicos que permitem ao historiador estar atento ao que permanece virtual no presente, ao que nele ainda está aberto ao possível. Acerca da responsabilidade social e mutabilidade constante do campo de pesquisa da

história do tempo presente, corrobora-se com o autor Rémond (2006), quando ele analisa que é necessário perceber que o ato interpretativo da história do tempo presente exige rigor, responsabilidade social e a reavaliação permanente do campo de pesquisa, não sendo compreendida como uma história da instantaneidade, mas da proximidade, uma história da duração, sendo a sequência a unidade de tempo. O deslocamento do campo da história do presente é ininterrupto e contínuo e, quando um problema ou tema é retirado do campo de pesquisa, cai em uma história que não é mais a do tempo presente.

Sobre a escolha de trabalhar com o tempo presente como campo de estudos e pesquisas, as autoras Delgado e Ferreira (2013) afirmam que o campo vem ganhando legitimidade crescente e sugerindo reflexões epistemológicas e metodológicas urgentes. Para a compreensão desse campo da história, dialogamos, ainda, com o autor Chartier (2006), quando ele leciona que:

Apesar dos sérios obstáculos que limitam a comunicação de arquivos públicos, a abundância da produção escrita, sonora, visual e informática acumulada pelas sociedades contemporâneas, bem como a possibilidade que tem o historiador do contemporâneo de produzir ele mesmo o seu arquivo, parecem prometer um maná sempre renovado (CHARTIER, 2006, p. 215).

Considera-se ainda que a história do tempo presente propicia a reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos, em suas configurações sociais das classes, dos grupos e das comunidades que nos constituem. Na dimensão das aspirações e rigor ético, Chartier (1992) manifesta, com peculiar pertinência, à aspiração da história do tempo presente, a verdade que é inerente a todo trabalho histórico.

Destarte, a pesquisa se ampara na abordagem qualitativa, modalidade na qual, segundo Polak, Diniz e Santana (2011), prestigia o tratamento interpretativo e hermenêutico dos dados e não exige padrões estatísticos. Para os autores, a pesquisa de abordagem qualitativa é caracterizada por três princípios: a primazia da experiência subjetiva como fonte do conhecimento; o estudo dos fenômenos, a partir da perspectiva do outro; e o interesse em se conhecer a forma como as pessoas experienciam e interpretam o mundo social.

Concorda-se com Flick (2009, p. 21) na compreensão de que essa natureza de pesquisa estuda as diversas relações sociais e as múltiplas facetas da vida,

pois “a mudança social acelerada e a consequente diversificação das esferas de vida fazem com que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentem novos contextos e novas perspectivas sociais”.

Quanto ao tipo, o estudo é exploratório, posto que “busca estudar problemas novos ou pouco conhecidos” (POLAK; DINIZ; SANTANA, 2011, p. 75), como é o caso da atual pandemia e sua reverberação na implantação do ensino remoto na rede estadual de ensino no Ceará. Desse modo, suscita uma reflexão crítica, considerando fatores que podem ser identificados como positivos ou negativos decorrentes na nova forma de organização do ensino, remotamente.

#### 4 Resultados e discussões

No Ceará, segundo Paulino (2020), o decreto de isolamento social iniciou em março de 2020, quando começa o processo de combate à pandemia, executado pelo governo do Estado. Lima *et al.* (2020) aponta, como marco referencial, o decreto 33.519/2020 que intensifica as medidas, para enfrentamento da infecção humana pelo novo coronavírus, publicado no diário oficial do Estado, aos vinte dias do mês de março. Tal decreto determinou o fechamento de estabelecimentos comerciais, como *shoppings* e restaurantes, redes de ensino público e privado, indústrias e serviços, paralisação dos serviços de transporte público e tráfego intermunicipal, interestadual e internacional, além de construção de hospitais de campanha e novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), compra de novos hospitais que eram da rede privada e de equipamentos de proteção individual. Destaca-se a exigência da obrigatoriedade do uso de máscaras em espaços de acesso público, com o intuito de frear a propagação do vírus.

Mesmo com a imposição do isolamento social intenso, no qual só se permitiu executar serviços essenciais à sociedade, tais como o fornecimento de água ou acesso a compras emergenciais de suprimentos em supermercados e farmácias, que convencionou-se denominar de “*lockdown*”, o estado do Ceará foi um dos estados com maior índice de disseminação da Covid-19 no Brasil. A derrubada dos índices econômicos, o fechamento de empresas e pequenos negócios, a queda na arrecadação de tributos e o desemprego impulsionaram as pressões truculentas, advindas do governo federal e de determinados grupos sociais, exigindo o encerramento do isolamento. Inclusive, ofertava-se como contrapartida para a liberação de recursos para o Estado, a exigência da elaboração e execução de um plano de

retomada das atividades que, no Ceará, foi dividido em fases, realizando-se em tempos diferentes nas diversas macrorregiões do estado.

No âmbito da educação, a SEDUC-CE determinou a suspensão das atividades educacionais, a partir de 19 de março de 2020. Segundo Mendes (2020), no mês de abril teve início um projeto denominado sala de gerenciamento da crise, com apoio do instituto Unibanco. No mês de maio, passa a ocorrer o monitoramento dos estudos domiciliares por meio do sistema integrado de gestão escolar (SIGE) e o lançamento do projeto denominado Conexão Seduc. Solicitou-se a cada escola estadual um plano de retomada de atividades e a organização de uma comissão de acompanhamento escolar que oportunizou às instituições organizarem suas ações de continuidade das práticas pedagógicas, a partir das ferramentas das quais dispunham. A aprendizagem passou a ser realizada, através do ensino remoto e, nos semestres seguintes, o que houve foi a tentativa de reorganização da rotina e do processo pedagógico escolar (BRANDENBURG *et al.*, 2020).

No princípio de qualquer reflexão acerca do ensino remoto, nesse contexto de pandemia, e seus efeitos na educação do Ceará, pretende-se fazer a defesa intransigente da escola como espaço insubstituível de sociabilidade, formação cidadã e humana e de garantia de direitos, como: alimentação, respeito e acesso à mobilidade social e concretização de sonhos. A escola é lugar de convivência, afetividade e amorosidade, tal como uma educação como prática de liberdade e uma escola emancipatória devem promover (FREIRE, 1983). E, segundo Apple e Nóvoa (1998), é no espaço físico da escola que se dão os contatos afetivos e sensíveis de aprender cotidianos, dos olhares e abraços que nos associam em grupos e estreitam as relações de sociabilidade. O espaço virtual de aprendizagem, que há bastante tempo é utilizado no universo educacional, principalmente no ensino superior (MARTINS; FIALHO; SANTANA, 2014) mostra também sua relevância e, agora, imprescindibilidade, em tempos de necessidade de isolar-se e garantir a não propagação do vírus e a condição oportuna para manter a continuidade do fazer educacional.

Consoante expõe Araújo *et al.* (2021), o exercício da docência e do aprender, no contexto da pandemia, escancara, em princípio, a desigualdade de acesso aos meios de comunicação e informação, pois muitos estudantes e professores enfrentam a carência de recursos diversos que vão, desde a alimentação, antes garantida pelo estado por meio da escola, à

necessidade de ferramentas digitais, como um celular ou computador, o acesso à internet e a fluência a um ambiente ou local, onde os sujeitos consigam desenvolver seu trabalho ou estudo de forma qualitativa. O desafio para os professores e professoras é conseguir produzir e acompanhar aulas e desenvolver aprendizados significativos (SANTOS; FIALHO; SOUSA, 2020). Também, para os alunos, importa aprender e concentrar-se em meio ao cotidiano do lar, entre choro de crianças, obras de construção civil na rua, a obrigação de fazer o almoço ou realizar o atendimento com os professores nas redes sociais. Além das desigualdades estruturais, há a necessidade de aprender rapidamente o uso das ferramentas tecnológicas, plataformas e recursos digitais para efetivar as aulas, tais como: videoaulas e programas de edição de vídeo, de produção e compartilhamento de *slides*, de inserção de legendas, de instrumentos de avaliação, etc. (NASCIMENTO; FIALHO, 2020).

A rede pública estadual de educação do Ceará conta, segundo Sampaio (2020), com aproximadamente 728 unidades de ensino. E, como afirma Herculano (2020), atende cerca de 423 mil alunos. Em consulta ao portal da transparência do governo do Estado, em março de 2021, contabiliza-se, aproximadamente, 36.300 professores, entre ativos e aposentados, efetivos e temporários, distribuídos em diversas modalidades, como: educação em tempo integral, educação de jovens e adultos, educação profissionalizante, educação em escolas do campo, educação em escolas diferenciadas indígenas, educação em privação provisória de liberdade, etc. Na conjuntura de diversidades educacionais das escolas públicas do Ceará, a secretaria estadual de educação elaborou um programa de ações denominado: Conexão Seduc, visando promover a troca de experiências e o fortalecimento de estratégias, voltadas ao ensino e à aprendizagem, durante a suspensão das aulas presenciais. Desenvolveu também parcerias e um guia para o apoio aos estudos domiciliares, criado em parceria com o Centro de Educação a Distância (CED), apresentando os projetos e serviços virtuais da Seduc.

Entre as plataformas e serviços podemos citar: Plataforma Aluno *Online*, Plataforma Professor *Online*, Plataforma Enem na rede, Sistema *Online* de Avaliação (SISEDU), além de outros projetos virtuais parceiros, como: Plataforma *Google Classroom*, Plataforma Alcance, Plataforma Foco Aprendizagem, Programa de Educação Esportiva Impulsiona, Plataforma *Khan Academy*, Banco

de Questões Lecionas, Associação Ecomuseu, Programa Pedagógico Letrus, Webnar, Plataforma Stoodi, Plataforma de Streaming Curta na Escola, Plataforma Eureka Digital, Plataforma Árvore de livros, Plataforma *FB Online*, Plataforma Lanlink, entre outros.

Há, ainda, o projeto que envolve a transmissão de aulas por TV, através da TV Ceará e da TV Assembleia e o “Vamos aprender”. Importa destacar que foi desenvolvido um curso de formação para os docentes, denominado: Itinerário Formativo - Competências Digitais para a Docência, ofertado pelo Centro de Educação a Distância (CED), com o objetivo de habilitar os professores para o uso das tecnologias, plataformas e programas educacionais. Também são ferramentas de apoio pedagógico as redes sociais, como o *Facebook* e o *Whatsapp*, aplicativos ou salas de vídeo como o *Zoom* ou o *GoogleMeet*. Destacam-se os Webnários, com momentos de diálogo coletivo sobre temas de debate, selecionados e apresentados, além das aulas ao vivo ou *Lives*, em espaços de interação como o *Instragam* ou o site *Youtube*, nos quais as aulas dão-se de forma síncrona e assíncrona.

Uma dimensão negativa do ensino remoto é que esse processo de ensino-aprendizagem só pode ser alcançado por aqueles estudantes que possuem acesso, inclusive financeiro, aos meios digitais, de forma que esse modelo de educação não é para todos, relegando à exclusão os estudantes mais pobres, justamente os alunos da escola pública. Segundo a autora Tokarnia (2020), na conjuntura brasileira, quase cinco milhões de estudantes estão sem acesso à internet.

Entre as ações positivas propostas pela secretaria de educação, há a entrega de material didático impresso e livro didático aos estudantes sem meios tecnológicos. Outra dimensão a ser observada foi a necessidade de alimentação básica dos estudantes, quanto a esse aspecto ressalta-se a iniciativa do governo do estado do Ceará e da prefeitura de Fortaleza em fornecer cartões de alimentação e cestas de alimentos para suprir essa demanda emergencial. Todavia, tais iniciativas são paliativas e não conseguem minimizar a desigualdade asseverada pelo contexto pandêmico.

Destaca-se, com efeito, o alto índice de evasão escolar de maneira geral, desde a educação infantil até o ensino superior e nas mais diversas modalidades. Inclusive, na rede privada, são inúmeras as escolas que têm fechado as portas, aumentando o desemprego e a crise do trabalho docente. A pandemia da Covid-19 tem provocado mudanças significativas nas dimensões: social, profissional e emocional dos professores,

gerando rupturas e, cotidianamente, apresentando novas demandas de saberes-fazer aos docentes (LEAO; FIALHO; SOUSA, 2020).

Associado à situação complexa, advinda de todos os desafios que a pandemia traz para a docência do Ceará, como sobrecarga de trabalho, necessidade imediata de capacitação para o trabalho remoto, sem formação anterior ou continuada e a falta de recursos tecnológicos e materiais para as aulas, há ainda o adoecimento do profissional da educação provocado por doenças psíquicas como: crises de ansiedade, ataques de pânico ou depressão (COSME, 2020). A pesquisa registra o aumento da procura de docentes por atendimento psicológico e psiquiátrico, inclusive Cosme (2020) infere que, entre os meses de julho e agosto de 2020, mais de oitocentos educadores do Ceará buscaram ajuda com o intuito de fortalecer a saúde mental.

Há também a insatisfação com a carreira docente, originada por vários fatores, como baixa remuneração e o congelamento de salários, imposta pelo governo federal por dois anos, para todo o funcionalismo público, a partir de 2020, e executada pelo governo do estado, mesmo havendo acordo salarial anterior que garantia a melhoria do plano de cargos e carreiras e o pagamento do aumento, a partir do percentual do piso do magistério. Outro fator observado é a demora na efetivação dos mais de dois mil e quinhentos professores concursados em 2018, em Fortaleza, para o qual apenas a metade foi convocada para o efetivo exercício. Inclui-se a paralisação dos processos de progressão horizontal, sem titulação, referente aos anos de interstício 2017-2018, e 2018-2019, 2019-2020 e de progressão vertical; ascensão, a partir de titulação. Há, ainda, que se pensar na situação dos professores de contratação temporária que não estão sendo contratados, aumentando mais a quantidade de trabalhadores da educação desempregados (SILVA; MAIA FILHO; RABELO, 2019).

Nessa balança de ações propositivas pelo Estado e a correlação de forças que impactam a educação no Ceará, é importante destacar como ponto positivo da realização das atividades e práticas pedagógicas nesse modelo de ensino remoto, a política de valorização da vida e a seguridade da saúde dos profissionais da educação, mesmo após as tentativas de retomada por parte do governo do estado, frustradas pelo agravamento da pandemia. Ressalta-se, nesse contexto, a ação contrária do governo federal, representada pelo presidente Jair Bolsonaro, minimizando as consequências do vírus e da pandemia,

provocando aglomerações em diversos lugares por todo o país, inclusive em visitas ao estado do Ceará e pressionando pelo fim das medidas de isolamento social; valorizando a economia em detrimento da vida. E, nesse embate, a resistência mantida pelo governo do estado do Ceará, representado pela figura do governador Camilo Santana, tem sido determinante para planejar, executar e manter a adoção das medidas de isolamento e, assim, garantir a saúde e a vida dos estudantes, dos docentes e dos demais profissionais, além dos cidadãos e de seus familiares.

Essas medidas foram embasadas nos estudos de infectologistas e de instituições reguladoras da área de saúde, como a OMS e, em exemplos de segunda onda de infecção viral, quando da reabertura das escolas pelo mundo, por exemplo, França, Estados Unidos e Israel. É sabido que a escola é um espaço agregador responsável pelo contingente de pessoas que por ela circulam. Nesse sentido, manter as atividades virtuais e remotas significa garantir a vida diante de uma doença que ainda não tem cura (BAI *et al.*, 2020).

O ano letivo de 2021, iniciou ainda de forma remota, como tentativa por parte do governo do estado, de abertura gradual das escolas, a partir da definição de calendário de retorno para algumas modalidades e etapas de ensino, como: a Educação de Jovens e Adultos, os terceiros anos do ensino médio e nonos anos do ensino fundamental, bem como da educação infantil, com restrições de quantidade de estudantes por sala de aula e rodízio semanal de alunos, porém, o agravamento da pandemia, com a segunda onda de Covid-19, trouxe a necessidade da imposição de novas medidas de isolamento social e inclusive do *lockdown*. Mesmo sob forte pressão do sistema privado de ensino, assegurou-se a garantia do ensino remoto em todo o sistema de educação do estado do Ceará, na rede de educação pública e particular. Há um forte movimento de resistência docente ao retorno sem vacina, que circula nas redes sociais, entre eles o denominado “Escolas fechadas: vidas preservadas” e o “Escola com Covid: não atenda a essa chamada”, ações dirigidas pelos sindicatos dos professores (APEOC e SINDIUTE), no sentido de se posicionar contra o retorno sem garantias de saúde e, nesse universo, muita apreensão e incertezas. Houve ainda, no início de 2021, a testagem dos profissionais da educação da rede pública estadual e a inserção e cadastramento dos professores no grupo prioritário para vacinação, na quarta fase, ainda sem data prevista para ocorrer.

Deve-se, nessa conjuntura, considerar até quando essa correlação de forças garantirá a proteção e

a segurança de saúde dos profissionais da educação e estudantes da rede estadual cearense e, por consequência, de suas famílias e redes de sociabilidade. O estado do Ceará tem buscado planejar ações para mitigar os efeitos danosos da pandemia na vida de estudantes e profissionais da educação, todavia, com o agravamento da crise sanitária e a impossibilidade de assegurar a volta às aulas presenciais com a devida segurança, as ações efetivas são mais de caráter paliativo, não conseguindo deter o agravamento das desigualdades sociais, econômicas e educacionais.

## 5 Conclusão

A pandemia da Covid-19 surpreendeu-nos, ao demonstrar a fragilidade humana e a instabilidade social, gerada, a partir da contaminação e das mortes de homens e mulheres de todas as idades no mundo inteiro. No Ceará, o alto índice de contágio levou a imprescindibilidade do fechamento de serviços, comércio, indústrias e escolas, de forma que, o isolamento social imposto e a percepção da efemeridade da condição humana têm-nos forçado a refletir e planejar o presente e o futuro em meio à necessidade de mudanças. Elas devem gerar a garantia da seguridade da vida, direito que se sobressai a todos os demais direitos constitucionais. A cura para a Covid-19 ainda não existe, bem como não há vacinas em circulação em quantidade suficiente para atender à demanda urgente, frente ao número de infectados e de mortos.

Em meio a esse cenário de crise sanitária, problematizamos acerca de quais medidas estavam sendo adotadas pelo governo do Ceará para conter a pandemia de Covid-19, especialmente no que se refere ao contexto educacional. E, para responder a esse problema de pesquisa, elaboramos uma pesquisa, para refletir criticamente sobre a história da educação do Ceará, no contexto social da pandemia de Covid-19, nos anos de 2020 e parte do ano de 2021. O estudo permitiu, não apenas elaborar aporte bibliográfico que registrou uma narrativa interpretativa desse tempo histórico, mas contribuiu como produto capaz de proporcionar a ressignificação social do trabalho dos docentes que compõem a educação cearense, durante e após a pandemia, a partir da análise de seus impactos e a criação de proposições para superá-los.

Não há como prever a extensão temporal exata da crise pandêmica, mas é possível reduzir os danos e impactos negativos, por meio da efetivação de políticas públicas afirmativas, de assistência à saúde e do fornecimento de apoio psicológico e financeiro na reconstrução das famílias e grupos sociais. Enfatiza-se,

nesta pesquisa, a necessidade de cuidado para com o grupo de professores e com os demais trabalhadores da educação, como: merendeiras, porteiros, funcionários dos serviços gerais, que foram afetados de várias formas, seja pelo luto, seja pelas mudanças em seus ritmos de vida, emprego ou sociabilidade.

A garantia do direito à educação e à vida em nosso Estado está atualmente entrelaçada ao desenvolvimento do ensino remoto. Entre resistências e possibilidades, o Ceará vem assegurando, por intermédio das ações coletivas de docentes e de estudantes dos programas estatais e da SEDUC, a manutenção e o cumprimento dos anos letivos de 2020 e de 2021. Para isso, foram disponibilizadas plataformas *On-line* com conteúdos e possibilidades para trabalhar a distância, bem como formações rápidas, para que os professores possam aprender a trabalhar no contexto virtual. Com efeito, essas medidas não foram suficientes nem para capacitar os professores com qualidade, tampouco para mitigar o problema da desigualdade de acesso e permanência na escola, ao contrário, o ensino remoto asseverou as desigualdades sociais, especialmente, para os alunos mais empobrecidos financeiramente que não conseguem acesso a equipamentos digitais com internet para tornar possível a interação com os professores e participação nas aulas *On-line*.

Somando-se à precária formação dos professores para mediar o ensino remoto e a precariedade de acesso aos recursos tecnológicos necessários, vivencia-se, ainda, a desvalorização docente com congelamento dos salários dos professores, que já não recebiam uma remuneração justa, considerando o importante trabalho realizado. Tais aspectos precisam vir à tona e tensionar mudanças sociais e políticas, pois a contenda pela educação pública de qualidade e pelo reconhecimento da profissão docente é uma luta histórica, com conquistas em ritmo lento, que de maneira muito tênue, ainda não se efetivou como almejamos.

## Referências

ALMEIDA, M. E. B. Educação distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 2, p. 327-340, jul./dez. 2003.

APPLE, W. M.; NÓVOA, A. **Paulo Freire: política e pedagogia**. Porto: Porto Editora, 1998.

ARAÚJO, E. M. *et al.* Dominios y dificultades digitales de los estudiantes del curso de Pedagogía de la Universidad Estatal de Ceará (Brasil) a través de la educación a distancia. **EDMETIC**, v. 10, n. 1, p.

- 40-57, 2021. DOI: 10.21071/edmetic.v10i1.12950. Disponível em: <https://www.uco.es/ucopress/ojs/index.php/edmetic/article/view/12950>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- ARRUDA, J. S.; SIQUEIRA, L. M. R. C. Metodologias ativas, ensino híbrido e os artefatos digitais: sala de aula em tempos de pandemia. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades*, v. 3, n. 1, p. e314292, 2020. DOI: 10.47149/pemo.v3i1.4292. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/4292>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BAI, Y. *et al.* Presumed asymptomatic carrier transmission of COVID-19. *Jama*, v. 323, n. 14, p. 1406-1407, 2020. DOI: 10.1001/jama.2020.2565. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/2762028>. Acesso em: 24 jun. 2020.
- BEZERRA, N. P. X.; VELOSO, A. P.; RIBEIRO, E. Ressignificando a prática docente: experiências em tempos de pandemia. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades*, v. 3, n. 2, p. 323917, 2021. DOI: 10.47149/pemo.v2i3.3917. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BITTENCOURT, F. B.; FIALHO, L. M. F.; PONCE, H. H. Educación a distancia en escuelas públicas de educación secundaria: percepción de los docentes. *Temas em Educação*, v. 29, p. 24-41, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2020v29n1.51753. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/51753>. Acesso em: 24 jun. 2020.
- BRANDENBURG, C. *et al.* Cartilha educação e saúde no combate a pandemia da Covid-19. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades*, v. 2, n. 2, p. 1-35, 2020. DOI: 10.47149/pemo.v2i2.3670. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3670>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- CASTRO, M. A.; VASCONCELOS, J. G.; ALVES, M. M. Estamos em casa! Narrativas do cotidiano remoto da educação infantil e em tempo de pandemia: “We’re at home!” narratives of the remote daily life of early childhood education in a pandemic time. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades*, v. 2, n. 1, 2020. DOI: 10.47149/pemo.v2i1.3716. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3716>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- CEARÁ. IntegraSUS. **Boletim epidemiológico novo coronavírus (covid-19)**. 2021. Disponível em: <https://indicadores.integrasus.saude.ce.gov.br/indicadores/indicadores-coronavirus/coronavirus-ceara>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- CHARTIER, R. A visão do historiador modernista. *In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- CHARTIER, R. Le regard de l'historien moderniste. *In: ÉCRIRE l'histoire du temps présent*. Paris: CNRS, 1992.
- COSME, I. **Mais de 800 educadores buscaram ajuda emocional nos últimos dois meses**. 2020. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2020/08/10/mais-de-800-educadores-do-ceara-buscaram-ajuda-emocional-nos-ultimos-2-meses.html>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. História do tempo presente e ensino de história. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/90/70>. Acesso em: 9 maio 2021.
- FERREIRA, M. M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./ mar. 2018. DOI: 10.5965/2175180310232018080.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GONZALES, M. **Fundamentos da tutoria em educação à distância**. São Paulo: Avercamp, 2005.
- GUY, R. K. *et al.* Rapid repurposing of drugs for COVID-19. *Science*, v. 368, n. 6493, p. 829-830, 2020. DOI: doi: 10.1126/science.abb9332.
- HERCULANO, D. **Governo do Ceará garante vale alimentação a 423 mil alunos da rede estadual**. 2020. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2020/04/13/governo-do-ceara-garante-vale-alimentacao-a-423-mil-alunos-da-rede-estadual/>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- HERNANDES, P. R. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do ensino Superior Público. *Ensaio*, v. 25, n. 95, p. 283-307, abr./jun. 2017. DOI: 10.1590/S0104-40362017002500777. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/>

- ensaio/a/LwDGVNp9MBbrTQ8Wwmb94TB/abstract/?lang=pt. Acesso em: 8 maio 2021.
- LEÃO, S. S.; FIALHO, L. M. F.; SOUSA, F. G. A. Limites e possibilidades da educação a distância na formação de licenciados em Letras/Espanhol. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 25, p. 140-158, 2020. DOI: 10.26694/les.v0i44.10404. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/10404>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- LIMA, D. L. F. *et al.* Covid-19 no estado do Ceará, Brasil, comportamentos e crenças na chegada da pandemia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1575-1586, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020255.07192020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n5/1413-8123-csc-25-05-1575.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2021.
- MARTINS, C. A.; FIALHO, L. M. F.; SANTANA, J. R. **Práticas educativas digitais: uma história, uma perspectiva**. Fortaleza: UFC, 2014.
- MARTINS, J. R. V. Educação como lócus da luta de classes na pandemia. In: SOARES, S. B. V. *et al.* **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil**. [s.l.]: Terra Sem Amos, 2020.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.
- MEDEIROS, A. R. S. *et al.* COVID-19: como se proteger e conter a propagação no trabalho? **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, v. 3, n. 2, p. e324377, 2021. DOI: 10.47149/pemo.v3i2.4377. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/4377>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- MENDES, R. **Dialogar educacional: ensino não presencial e o plano de retomada: um diálogo entre Sergipe e Ceará**. 2020. (1h39m24s). Disponível em: [https://youtu.be/3Ilcm\\_F5IGQ](https://youtu.be/3Ilcm_F5IGQ). Acesso em: 30 maio 2020.
- MOREIRA, A. **OMS: Brasil lidera mortes e contaminações por covid-19 no mundo**. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/17/oms-brasil-lidera-mortes-e-contaminaes-por-covid-19-no-mundo.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- NASCIMENTO, K. A. S.; FIALHO, L. M. F. Integração das tecnologias móveis em aulas de cursos superiores da área da saúde. **EAD em Foco**, v. 10, p. 16, 2020. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/989>. Acesso em: 30 maio 2020.
- OZÓRIO, F. J. D. G. *et al.* Políticas públicas para o atendimento educacional especializado em Fortaleza durante a pandemia. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, v. 3, n. 1, p. e313864, 2020. DOI: 10.47149/pemo.v3i1.3864. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3864>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. **Folha informativa: COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. 2020. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&itemid=875#datas-notificacoes](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&itemid=875#datas-notificacoes). Acesso em: 30 maio 2020.
- PAULINO, N. **Um mês depois do decreto, índice de isolamento social cai no Ceará**. 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/um-mes-depois-de-decreto-indice-de-isolamento-social-cai-no-ceara-1.2236864>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- PESAVENTO, S. J. **História e história cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- PLITT, L. **Coronavírus: o que a covid-19 faz com o seu corpo**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51891465>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- POLAK, Y. N. S.; DINIZ, J. A.; SANTANA, J. R. **Dialogando sobre metodologia científica**. Fortaleza: UFC, 2011.
- RÊMOND, R. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- SAMPAIO, J. **Matrículas de estudantes novatos na rede estadual começam na próxima segunda-feira (13) em Fortaleza**. 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/01/10/matriculas-de-estudantes-novatos-na-rede-estadual-comecam-na-proxima-segunda-feira-13-em-fortaleza/>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- SANTOS, B. S. Vírus: tudo que é sólido se desmancha no ar. In: TOSTES, A.; MELO FILHO, H. **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. Bauru: Canal 6, 2020.

SANTOS, D. C.; FIALHO, L. M. F.; SOUSA, F. G. A. Tutoria em educação a distância. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 10, p. 397-425, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/1003>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C.; LOCKMANN, K. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Revista Eletrônica Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-24, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.16289.094. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 8 maio 2021.

SILVA, M. L.; MAIA FILHO, O. N.; RABELO, J. J. As condições de trabalho do professor universitário substituto na contemporaneidade: explorando a

realidade de uma universidade pública. **Educação & Formação**, v. 5, n. 1, p. 215-234, 2019. DOI: 10.25053/redufor.v5i13.1002. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1002>. Acesso em: 20 mar. 2021.

TOKARNIA, M. **Brasil tem 4,8 milhões de crianças e adolescentes sem internet em casa**. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/brasil-tem-48-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-sem-internet-em-casa>. Acesso em: 15 ago. 2020.

XAVIER, A. R.; FIALHO, L. M. F.; VASCONCELOS, J. G. (org.). **História, memória e educação**: aspectos conceituais e teórico-metodológicos. Fortaleza: EdUECE, 2018.